

Podridão na Estrutura Estatal

Manuel Cambeses Júnior
27 de novembro de 2011

Há algum tempo a imprensa tem dado destaque a algumas revelações verdadeiramente escandalosas sobre o envolvimento de políticos e autoridades governamentais em atos desairosos e denunciado o enriquecimento ilícito de maus patriotas no exercício da função pública.

Se adicionarmos a esses lamentáveis casos as denúncias e investigações que envolvem, em diferentes oportunidades, funcionários do setor administrativo, inclusive colaboradores diretos da Presidência da República, chega-se à conclusão de que a maré de anomalias, torpezas e suspeitas está profundamente enraizada nos Três Poderes do Estado.

Constatamos, com imensa tristeza, no atual cenário político nacional, inumeráveis e lamentáveis fatos que vêm sistematicamente ocorrendo, envolvendo autoridades públicas – especialmente Ministros de Estado e funcionários do primeiro escalão governamental – que o nosso País se encontra em avançado processo de putrefação moral.

E se esse processo deletério não for estancado, a curto prazo, a projeção que podemos fazer para o futuro é dramática. Portanto, algo deve ser feito para estancar, de imediato, todos esses desatinos.

Os fatos, ao longo dos últimos anos, mostram que eles, os detentores do poder, urdiram um plano diabólico para, paulatinamente, desmontar o poder de reação de nossas Forças Armadas.

Ardilosamente, eles colocam as mais altas patentes militares em posições confortáveis, exercendo funções inócuas no exterior, com o vil propósito de amolecer a têmpera e o poder decisório que sempre nortearam os homens da caserna. Nos níveis inferiores, os cargos esparsos na esfera governamental terminam por dissuadir as mentes e por enfraquecer o vigor pátrio. Assim, acomodam, anestesiaram os anseios da maioria, que fica a esperar que, por vias pacíficas, ou por um milagre qualquer, a situação se normalize.

Mas, bem sabemos, tal processo deletério não muda – apenas – com promessas, com palavras ou com intenções. Só ações efetivas, tomadas por pessoas de têmpera forte, com qualidades de liderança, poderão transformar as esperanças, as decisões em ações.

Ações que irão debelar essa pletora inominável de desvios de conduta de mentes doentias e mentirosas que, os fatos, sempre eles, mostram, comprovam, vêm dominando, em especial, nestas duas últimas décadas, o nosso País, em todos os seus quadrantes.

Portanto, só com ações efetivas poderá ser saneada a contaminação que tomou conta do Brasil. Um país onde uma maioria de prefeituras conta com prefeitos e vereadores corruptos e corruptores. Isso igualmente acontece com governadores, deputados distritais, estaduais, federais, senadores e até mesmo com os que deveriam zelar pela manutenção e pela aplicação da Lei: os juízes. Sim! pois vários deles são apontados, julgados e condenados por prevaricação, concussão e por atos dolosos e danosos ao sistema jurídico e aos cofres públicos.

E esse quadro devastador se estende, segundo os fatos tão alardeados, até os pontos mais elevados da estrutura de poder nacional. Um absurdo inominável!

Urge, pois, que medidas efetivas e saneadoras sejam tomadas para resgatar a saúde moral de nosso País. Para que sejamos, um dia, de fato, uma Nação.

Uma Nação onde prevaleçam os valores da Liberdade, da Democracia e da Igualdade entre todos os cidadãos.

Claro está que os cidadãos comuns – em uma população onde mais de 70 % são catalogados, pelo IBGE, como analfabetos ou analfabetos funcionais, sem formação militar e sob uma política estúpida de desarmamento dos homens de bem (enquanto os marginais se encontram armados, bem armados...) – se sentem ainda mais impotentes ante esse aterrador quadro que, factualmente, domina a máquina administrativa do Brasil. E, assim, pelos fatos listados, nada poderão fazer para mudar esse trágico *status quo*.

Como disse antes, urge que os que podem e têm esse poder, do ponto de vista de treinamento de uma vida; preparo técnico, conhecimento dos mecanismos de defesa de um país, enfim, aqueles que foram preparados

para defender a soberania da Pátria, acordem e façam algo de efetivo. Tomem a decisão de debelar, de uma vez por todas, esse Mal que – os fatos incontestáveis mostram – tomou conta do nosso País.

E, afinal, qual será o futuro, se esse processo continua? Se todas as aves de rapina continuam livres e a esbulhar o País? Com tantos privilégios e com essa brutal excrescência denominada “Foro privilegiado”. Um malévolo dispositivo criado nos estertores do mandato do FHC? Esse mesmo senhor que começou o processo de erosão de nossas FFAA e da Escola Superior de Guerra. Que também assinou, aceitou e se submeteu às decisões dos países hegemônicos que hoje se encontram com um pé firmemente fincado em nosso solo pátrio? Leia-se: Raposa Terra do Sol...

Assim, o que está em jogo é o futuro de todos nós. E, em especial, de nossos filhos e nossos descendentes.

E, por último, mas não menos importante, o que podem os cordeiros contra os lobos? Nada! Cordeiros sem proteção são e serão, por certo, presas fáceis nas mãos predadoras de todos esses que aí estão a esbulhar, livremente, o patrimônio brasileiro. Patrimônio que foi criado e acumulado com o trabalho, a luta, o denodo, o vigor, o sofrimento e o sangue de nossos pais e nossos ascendentes.

Uma história de lutas que, agora, assistimos impotentes, perder-se nas mãos insidiosas e espúrias de todos esses lobos que saqueiam o País e nos tratam, a todos, como marionetes.

E, tragicamente, além de roubarem o próprio País, eles não pensam duas vezes em se submeter e entregar, repassar, as riquezas de nosso solo, aos algozes de sempre, que têm seus atos de dominação tão bem registrados e consubstanciados na História Mundial.

É muito difícil para a opinião pública assimilar o caudal de informações deprimentes que golpeiam, diariamente, a sensibilidade dos cidadãos, sem que seja experimentado um profundo desalento moral e observado, com um fundo de incredulidade, o funcionamento das instituições sobre as quais repousa a ordem republicana.

Ante essa dura realidade, é imprescindível criar-se, o quanto antes, as condições que permitam reconstruir o prestígio da Organização Estatal, hoje fortemente afetado pela sordidez desses maus brasileiros.

Uma sociedade que não confia em suas instituições dificilmente poderá caminhar com passo firme na direção de metas perduráveis de progresso, justiça e bem-estar. A honorabilidade dos homens públicos, qual quer que seja o nível e a natureza de sua função, é um oxigênio insubstituível para o desenvolvimento da capacidade criativa do corpo social, que dificilmente mobilizará, com profundidade, suas energias espirituais e materiais, se considerar que o fruto de seu esforço será aproveitado, desavergonhadamente, pela voracidade, ambição, vileza e falta de escrúpulos de uns poucos.

À imprensa lhe corresponde uma missão fundamental nesta empreitada de reconstrução nacional. Na maioria das vezes tem sido a mídia o instrumento de denúncia de manejos ilícitos por quem exerce o poder (seja de quem tenha chegado à função pública pelo voto popular ou de quem desempenha cargo de confiança em virtude de nomeação).

É alarmante imaginar quantos focos de corrupção teriam permanecido ocultos se os profissionais de imprensa não lhes houvessem focado a luz. Daí, ressalta-se o valor estratégico da liberdade de expressão como pilar da ordem constitucional.

Frente à onda de seguidos fatos e focos de corrupção que ameaçam erodir os alicerces do Estado, toda a sociedade brasileira deve pôr-se de pé, para exigir que os atos ilícitos identificados e denunciados pela imprensa – desde que devidamente comprovados – sejam punidos exemplarmente, e que os controles do sistema democrático funcionem com eficácia e em plenitude, na salvaguarda da transparência moral, que é a virtude suprema da República.

Observações:

- 1) **O autor é Coronel-Aviador, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica e conferencista especial da Escola Superior de Guerra;**
- 2) **As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento da ABD.**